

O ESTUDO DOS ASSUNTOS RELIGIOSOS PELA CIÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DAS REVISTAS DE CIÊNCIA POLÍTICA EUROPEIAS ENTRE 2010-2015

Jorge Botelho Moniz¹

Membro associado ao Observatório Político

Resumo

Com este trabalho pretendemos analisar a validade da asserção que diz que a ciência política tem ignorado os assuntos religiosos, no estudo dos acontecimentos políticos que marcam o mundo, em particular, desde o último quartel do século XX. Para isso, examinamos os conteúdos das publicações das revistas de ciência política de um grupo de países europeus criteriosamente selecionados. Foram escolhidos nove periódicos científicos de seis países diferentes e analisámos quase 700 publicações da disciplina. A sua classificação foi feita mediante a introdução de critérios de análise operativos que nos permitem distinguir três tipos de unidades codificadas: as primárias (religião surge destacada), secundárias (função acessória) e as não classificadas (não considerada). O nosso período de observação é entre 2010 e 2015 e aí verifica-se que, apesar de os cientistas políticos continuarem a subestimar a relevância dos assuntos religiosos e/ou de as revistas da área oferecerem pouco espaço a estes temas, o cenário não é tão negativo quanto o estado da arte denunciava.

Palavras-chave

ciência política, assuntos religiosos, negligência, revistas científicas.

¹ Bolseiro de doutoramento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, na UNL - Universidade Nova de Lisboa e na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina em Ciência Política, especialidade de Teoria e Análise Política. Email: jobomoniz@gmail.com.

Introdução

Um famigerado jargão da teoria da secularização afirma que o declínio do fenómeno religioso só se encontra em dois meios particulares: nos *campi* universitários e na Europa Ocidental.

Esta última é aliás muito visada pelos teóricos. Desde Casanova, a Gorski e Altinordu que a ideia da Europa Ocidental como o “coração da secularização” se dissemina². Este preconceito(?) de *Europa como caso excepcional* é acicatado principalmente pelo contraste entre o continente e o cenário geral de religiosidade³.

Sobre as universidades, as opiniões não são mais favoráveis. Vários autores argumentam que por conta da síntese vestefaliana, do liberalismo, da industrialização, do positivismo ou do advento da sociologia que as ciências sociais se mantiveram distantes de um caminho favorável à análise dos assuntos religiosos⁴. Outros autores vão mais longe, ao afirmar que a ciência política tem ignorado o estudo da religião, sugerindo que isso representa um viés antirreligioso que permeia, em particular, a disciplina⁵.

Se estas asserções forem corretas, então, a nossa proposta de investigação parece fadada ao insucesso. Contudo, neste trabalho foram reunidos esforços para examinar a validade do argumento que diz que a ciência política, nomeadamente a europeia, ignorou o fenómeno religioso. Para este fim, analisamos o conteúdo das revistas da disciplina dos países europeus selecionados e comparamos os nossos resultados com o estado da arte.

Com esta abordagem acreditamos ser possível dar resposta a algumas das inquietações científicas que nos surgem no momento, por exemplo: A religião continua a ser um objeto de estudo desafiante? Se sim, por que motivo as ciências sociais, mas em particular as políticas, têm esse *tabu*? Como saber se as proposições do estado da arte estão corretas? O exame do conteúdo das revistas de ciência política será uma estratégia de investigação válida cientificamente? Que tipo de resultados poderá

2 CASANOVA, José (2008), Public Religions Revisited. In: VRIES, H. (ed.), Religion: Beyond the Concept. Nova Iorque: Fordham University Press, p. 101. GORSKI, Philip e ALTINORDU, Ateş (2008), After Secularization. Annu. Rev. Sociol. Vol. 34, p. 56.

3 DAVIE, Grace (2002), Europe the Exceptional case. Parameters of faith in the modern world. Londres: Darton, Longman & Todd. BERGER, Peter; DAVIE, Grace; FOKAS, Effie (2008), Religious America and secular Europe? A theme and variations. Aldershot: Ashgate.

4 JEVTIC, Mirojub (2007), Political Science and Religion. The Politics and Religion Journal. Nº 1, pp. 59-69. SMITH, Christian (2003). The Secular Revolution: Power, Interests, and Conflict in the Secularization of American Public Life. Berkeley: University of California Press. WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), Getting Religion: Has Political Science Rediscovered the Faith Factor? American Political Science Review. Vol. 100, nº 4, pp. 523-529.

5 Philpott, Daniel (2009), Has the study of global politics found religion? Annu. Rev. Polit. Sci. Vol. 12, pp. 183-202. ROTHMAN, Stanley; LICHTER, S. Robert; NEVITTE, Neil (2005), Politics and Professional Advancement Among College Faculty. The Forum. Vol. 3, nº 1, pp. 1-16.

produzir?

Para retorquir a tais questões, traçamos um plano de trabalho dividido pelos seguintes capítulos: o estudo do *religioso* pela ciência política, onde procuramos entender a dimensão da alegada incúria da disciplina, estudando o seu passado e o seu presente; depois, como etapa introdutória da nossa proposta de investigação, apresentamos a nossa estratégia metodológica; posteriormente, passamos à análise dos dados recolhidos e às comparações com o estado da arte, para, enfim, apresentarmos as conclusões.

Estado da Arte

O estado da arte diz que face à resistência dos pressupostos vestefalianos, durante a maior parte do período pós II Grande Guerra, e à continuidade da atitude secular similar aos ensinamentos dos filósofos franceses do século XVIII, a ciência política manteve-se longe de uma trajetória propícia para a análise dos assuntos religiosos⁶. Destinada ao desaparecimento, por conta do avanço da industrialização, burocratização e racionalização⁷, a religião, vista pelos cientistas políticos através das lentes de Weber, Durkheim ou Marx, era uma relíquia pré-moderna e anacrônica, se não mesmo um epifenómeno⁸.

Philpott vai mais longe, ao asseverar que, com o tempo, a ciência política se transformou numa disciplina secular⁹. No entanto, ele interpreta esta ideia, sobretudo, à luz de um conceito de secularização que considera permear mais os académicos da área – o declínio da influência dos atores religiosos na política:

“Dizer que a academia que estuda política global no campo da ciência política é secular significa essencialmente isto: as principais teorias deste campo assumem que os Estados, nações, organizações internacionais, partidos, classes (...) que prosseguem fins políticos (...), não perseguem fins religiosos e não são influenciados por atores religiosos. Tais teorias sustentam-se a partir da premissa de que a religião desapareceu da política”.

Segundo Bellin, esta conjugação de fatores (históricos ou académicos) ajudou os investigadores interessados nos fenómenos políticos a afastar-se do estudo da religião¹⁰. Em consonância com este argumento, Jevic defende que o *religioso* apenas muito raramente foi usado como objeto de

⁶ JEVTIC, Mirosljub (2007), op. cit., p. 60. WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., p. 523.

⁷ NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald (2004), *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁸ WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., 525. BELLIN, Eva (2008), Faith in politics new trends in the study of religion and politics. *World Politics*. Vol. 60, nº 2, p. 317.

⁹ PHILPOTT, Daniel (2002), The Challenge of September 11 to Secularism in International Relations. *World Politics*. Vol. 55, nº 1, p. 69. PHILPOTT, Daniel (2009), op. cit., pp. 186-187.

¹⁰ BELLIN, Eva (2008), op. cit., p. 317.

investigação política¹¹. Como consequência, os cientistas políticos teriam desenvolvido o hábito de explicar processos, partidos ou regimes políticos dentro de uma estrutura puramente materialista, negligenciando a influência da religião.

Se a agenda de investigação para a profissão foi maioritariamente dominada por académicos não envolvidos ou indiferentes aos assuntos religiosos¹² e se este *agenda-setting* se refletiu na não atribuição de programas abrangentes de bolsas de investigação aos trabalhos que abordavam o *religioso*¹³, qual será então a dimensão da negligência? Isto é, dada a opinião, aparentemente disseminada, de que a religião não exerce influência sobre os fenómenos políticos, qual será a extensão da incúria face ao estudo do *religioso* nos trabalhos desenvolvidos em ciência política?

Uma forma de aflorar este tópico é através da análise desenvolvida pelos estudos quantitativos de Daniel Philpott, Kenneth D. Wald e Clyde Wilcox e Steven Kettel.

O primeiro, apesar de ser um exame “altamente pouco científico¹⁴”, segundo o próprio autor, é um estudo sobre a influência da religião nos inícios das relações internacionais, entre 1980 e 1999. Philpott descobriu que, em quatro das principais revistas de política global – *International Organization*, *International Studies Quarterly*, *International Security* e *World Politics* –, apenas seis em 1.600 artigos (0,38%) tratam a religião como um elemento preponderante na disciplina¹⁵.

Num inquérito semelhante sobre a principal revista mundial de ciência política – *APSR - American Political Science Review* – Wald e Wilcox verificaram que, entre 1960 e 2002, apenas tinham sido publicados 25 artigos nos quais a religião era o foco intelectual central – média de um trabalho a cada três anos¹⁶. Todavia, destes manuscritos, apenas 20% se consubstanciavam como trabalhos de ciência política, visto que os restantes 80% eram de subcampos como o direito público ou a filosofia política. Ainda de acordo com os autores, em apenas três anos a revista interdisciplinar *Journal for the Scientific Study of Religion*, quando editada por um cientista político, publicou mais artigos sobre religião (vinte e oito) do que a *APSR* durante o período pós-1960¹⁷. A hipótese de desatenção à

¹¹ JEVTIC, Miroljub (2007), op. cit., p. 60.

¹² WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., p. 525. KETTEL, Steven (2012), Has political science ignored religion? *PS: Political Science & Politics*. Vol. 45, nº 1, pp. 2-3.

¹³ WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., p. 527.

¹⁴ PHILPOTT, Daniel (2009), op. cit., p. 184.

¹⁵ PHILPOTT, Daniel (2002), op. cit., p. 69.

¹⁶ WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit.

¹⁷ *Ibid.*, p. 525.

religião na APSR, enquanto paradigma das ciências sociais, é ainda mais falaciosa se analisados os padrões de publicação em sociologia. Seguindo as conclusões de Wald e Wilcox, entre 1906 e 2002 tanto o *American Journal of Sociology* como o *American Sociological Review* publicaram quatro vezes mais o número de artigos com o *religioso* como título do que o seu homólogo da ciência política. Estes fatores, entre outros, são suficientes para os autores sugerirem que dentro da APSR alguém lutou contra a representação da religião nas páginas da revista porta-estandarte da disciplina¹⁸.

Mais recentemente, Kettel procedeu à análise de vinte das mais bem cotadas revistas de sociologia e ciência política, cobrindo um período de onze anos, começando nos inícios de 2000 até aos finais de 2010¹⁹. Os resultados alcançados pelo autor sustentam o argumento de que a ciência política ignorou na generalidade o *religioso*. Para o autor, a principal descoberta do exame é que o volume de publicações de estudos políticos que envolvem a religião é relativamente pequeno. A proporção detetada de itens primários e secundários (aqueles que apresentam um contacto mais direto com os fenómenos religiosos) situa-se entre 1,34% e 2,54%. Além disso, Kettel descobriu que as publicações de ciência política, envolvendo religião, focam-se numa pequena variedade de assuntos²⁰. Os temas mais recorrentes são a violência, política norte-americana e Islão e a subárea disciplinar mais prolífera é o comportamento político. Comparativamente à sociologia, a ciência social mais profícua em matéria de estudos de religião, o autor afirma que a ciência política não se encontra bem. De acordo com as suas descobertas, o número médio de artigos de itens primários publicados pelas mais proeminentes revistas de sociologia (3,5%) é-lhe duas vezes e meia superior, enquanto o número médio de itens primários e secundários combinados é quase duas vezes mais alto²¹.

Não obstante estas provas testemunhem uma desatenção da disciplina face ao fenómeno religioso, tal como nos explica Fox, isto não significa que os cientistas políticos não tenham desenvolvido estudos sobre o *religioso*²². Pelo contrário, os trabalhos de religião e política sempre estiveram presentes, simplesmente, até recentemente, não se conseguiram encontrar dentro da corrente dominante da ciência política²³.

Proposta metodológica

A nossa intenção, nesta fase do trabalho, passa por resgatar os aspetos

¹⁸ Ibid.

¹⁹ KETTEL, Steven (2012), op. cit.

²⁰ Ibid., pp. 10-12.

²¹ Ibid., pp. 13-16.

²² FOX, Jonathan (2013), *An Introduction to Religion and Politics: Theory and Practice*. Londres: Routledge, p. 29.

²³ Ibid., pp. 29-30.

positivos das pesquisas efetuadas e construir a nossa proposta de análise a partir delas. Entendemos que o modelo de observação mais sólido cientificamente é o de Kettel, mas também recuperamos elementos dos trabalhos de Wald e Wilcox e de Philpott. Seguimos estes modelos, apresentando, porém, diferentes matizes que julgamos ajudar na obtenção de resultados empíricos mais rigorosos.

Assim sendo, propomos uma análise comparativa mais sensível aos contextos e percursos histórico-culturais de cada país. Contrariamente ao que sucedeu no passado, não pretendemos usar um caso específico para, a partir daí, formular generalizações acerca do fenómeno religioso. Pelo contrário, despojando-nos de pretensões universalistas, falamos da interação entre ciência política e religião num contexto específico. Estamos de acordo com Warner quando afirma que, “no que concerne à religião (...), o mundo não é plano²⁴”. Ou seja, consideramos que a religião atua de maneira assaz diferente em distintos contextos e que isso dificulta a regra do *ceteris paribus* – a constância do nosso objeto de estudo. Por isso, recorreremos ao desenho de investigação dos sistemas mais similares²⁵, no qual comparamos casos que parecem, formalmente, o mais semelhante possíveis, maximizando assim as diferenças da nossa amostra. Posto isto, escolhemos analisar seis países europeus específicos, a saber: Áustria, Eslováquia, Espanha, Itália, Polónia e Portugal.

Esta seleção é baseada em três critérios operativos. O primeiro é o documental, fundando-se no facto de em todos os países existir, pelo menos, uma revista de ciência política. Temos, com efeito, o ÖZP - *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*; a SPR - *Slovenská politologická revue*; a RECP - *Revista española de ciencia política*; as *Il Mulino: Rivista italiana di scienza politica* e *Il Politico, Rivista italiana di scienze politiche*; as *Athenaeum: Polskie Studia Politologiczne* e *PJPS - The Polish Journal of Political Science*; e as *RCSP - Revista de Ciências Sociais e Políticas* e *RPCP - Revista Portuguesa de Ciência Política*, respetivamente²⁶. Neste critério inicial colocamos ainda duas outras condições para a escolha. A primeira é o facto de todas estas revistas estarem ativas e terem publicações até, pelo menos, 2014. A segunda prende-se com a questão linguística, ou seja, todas elas têm de conter

²⁴ WARNER, R. Stephen (2011), *The world is not flat: theorizing religion in comparative and historical context*. ARDA Guiding Papers, State College, PA: The Association of Religion Data Archives at The Pennsylvania State University, p. 4.

²⁵ PORTA, Donatella della; KEATING, Michael (2008), *Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research*. In: PORTA, D. D.; KEATING, M (eds.), *Approaches and Methodologies in Social Sciences: A pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 214.

²⁶ As revistas científicas *Il Politico*, *PJSP* e *RCSP*, mas sobretudo as duas últimas, surgem de forma complementar às revistas de ciência política dos respetivos países analisadas por nós. Esta condição acessória, derivada da escassez de publicações disponíveis ou disponibilizadas, justifica o não total cumprimento do critério cronológico. Por exemplo, da *PJPS* só foram examinadas publicações entre 2013 e 2015; por seu turno, da *RCSP* só nos foram disponibilizados alguns números dos anos de 2011 e 2014.

artigos com títulos, resumos e palavras-chave em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano ou português.

O seguinte é um critério jurídico-político. Todos os países têm, formalmente, separação Estado-igrejas. Sem exceção, as relações entre o *temporal* e o *espiritual* baseiam-se em princípios de separação, igualdade, neutralidade e aconfessionalidade. Além disso, apresentam uma tipologia de relacionamento Estado-igrejas baseada na separação com lei especial, hierarquização de igrejas e liberdade religiosa²⁷.

O derradeiro critério foi a condição sócio-religiosa dos casos de estudo. Não obstante os fenómenos de secularização perceptíveis, selecionámos apenas países de maioria católica apostólica romana. Mais ainda, os países eleitos apresentam elevadas taxas de integração em confissões religiosas (média de 88%); apesar de todas estarem a perder integrantes da fé católica, têm tendência para o imobilismo religioso (também 88%); apresentam uma frequência mensal relativa a atos religiosos, apesar de discrepante, bastante viva (45%), em particular durante a infância (75% aproximadamente); e manifestam uma crença em Deus muito presente (média de 86%)²⁸.

Após a seleção e justificação dos nossos casos de estudo, decidimos, seguindo as abordagens de Wald e Wilcox e de Kettel, examinar a topografia da ciência política nestes países. Para isso, procedemos a uma análise do conteúdo dos trabalhos publicados em algumas das suas mais relevantes revistas de ciência política, cobrindo um período de seis anos completos, entre os inícios de 2010 e os finais de 2015. Consideramos que os resultados deste exame oferecem uma perspetiva ampla e precisa sobre o empenhamento da disciplina com os assuntos religiosos.

A consulta dos artigos das suas revistas de ciência política foi feita através das páginas virtuais de cada revista²⁹. Todavia, isto não foi suficiente, nomeadamente no que concerne às revistas portuguesas. Visto que os seus números não estão disponíveis virtualmente³⁰, tivemos de pedir o envio dos trabalhos às respetivas direções editoriais. Outra dificuldade, por vezes, encontrada foi a escassez de artigos disponíveis nas revistas // *Político*, *PJPS* e *RCSP*. Isto obrigou-nos a reforçar o escopo da nossa

²⁷ Para mais informações sobre este complexo modelo, formal, de relações Estado-igrejas, cf. MONIZ, Jorge Botelho (2016), O financiamento público da religião na Europa católica pós-crise. *Ius Ecclesiae*. Vol. 28, nº 1, pp. 82-84.

²⁸ Relativamente a todos estes dados estatísticos, recomendamos cf. MONIZ, Jorge Botelho. (2016). A secularização na ultramodernidade católica europeia: uma proposta de análise contextual e multidimensional do fenómeno da secularização. Em Tese. Vol. 13, nº 1, pp. 194-197

²⁹ Cf. <https://oezp.univie.ac.at/>; <http://spr.fsvucm.sk/>; <http://recyt.fecyt.es/>; <http://www-3.unipv.it/ilpolitico/>; <https://www.rivisteweb.it/doi/10.1426/31669>; http://www.pjps.pl/?page_id=84; <http://www.athenaeum.umk.pl/>; <http://www.observatoriopolitico.pt/revista/>.

³⁰ A *Revista Portuguesa de Ciência Política* apenas tem o seu número 1 disponível na internet.

análise a mais uma revista de cada país³¹. Assim incluímos as revistas // *Mulino*, *Athenaeum* e RPCP, respetivamente, no nosso exame.

Em seguida, para limitar a nossa análise a publicações substantivas, desconsiderámos os trabalhos pequenos (com máximo de seis páginas), consistindo tipicamente em revisões de livros ou editoriais. Por outro lado, considerámos todos os artigos principais, dossiers especiais, *working papers* ou notas de investigação com mais de seis páginas. A partir daí, iniciámos a observação do seu conteúdo. Seguindo o modelo de pesquisa de Wald e Wilcox³², conduzimos inicialmente a análise por meio da utilização de uma lista abrangente de termos religiosos³³. Esta abordagem preliminar permitiu-nos detetar e interpretar, de forma mais profunda, os trabalhos que potencialmente tivessem o *religioso* como objeto de estudo direto ou indireto.

Enfim, codificámos as publicações de acordo com a centralidade dos assuntos religiosos no conteúdo dos seus títulos, resumos e palavras-chave. Assim sendo, os trabalhos que tratam o *religioso* como um dos seus objetos de análise principal, utilizando os termos religiosos de forma analítica, foram codificadas como UP - Unidades Primárias. Por seu turno, as publicações que trabalham com o *religioso* de forma indireta, como parte acessória do seu estudo, utilizando os termos religiosos de forma meramente descritiva, ou como mais uma variável explicativa entre outras foram codificadas como US - Unidades Secundárias. Aqueles que não entram em qualquer das duas categorias supracitadas não foram, portanto, considerados como trabalhos que abrangem a dimensão religiosa. Na maior parte dos casos estas distinções são claras. Todavia, como explica Kettel, “por vezes, um certo grau de interpretação subjetiva é necessário³⁴”.

Análise dos dados

A amostra recolhida a partir das nove revistas de ciência política, por nós consultadas, produziu um total de 695 publicações. Deste conjunto, 22 trabalhos, abrangendo diretamente o *religioso* como um dos temas principais de análise, foram codificados como UP. Isto resulta numa média aproximada de 3,17%³⁵ ou, dito de outro modo, uma UP por cada 31,6 publicações. Além disso, mais 12 artigos, lidando com assuntos religiosos

³¹ No caso português, dado o fraco número de artigos que nos foi disponibilizado pela RCSP e o parco volume de publicações da RPCP, decidimos ainda incorporar os *working papers* do Observatório Político – centro de investigação associado à RPCP.

³² WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., p. 523.

³³ Procurámos as seguintes palavras primitivas e suas derivadas: ateísmo, bahá'í, budismo, católico, confucionismo, crença, Cristo, espiritismo, evangélico, evangelização, fé, hindu, igreja, Inquisição, irreligiosidade, islão, *jihad*, judaísmo, laicidade, mesquita, muçulmano, ortodoxo, pentecostal, protestante, religião, secularização, semitismo, taoísmo e templo.

³⁴ KETTEL, Steven (2012), op. cit., p. 5.

³⁵ Os valores apresentados foram sempre arredondados, para cima, às duas casas decimais.

como matéria secundária, foram codificados como US. Deste modo, do total da amostra examinada, 34 trabalhos foram codificados como tendo algum envolvimento com questões religiosas. Este número representa uma taxa média de 4,89% ou de um artigo por cada 20,44 publicações em ciência política nos países selecionados.

A revista com a proporção mais elevada de UP codificadas foi a *ÖZP*, com nove artigos de um total de 120, produzindo uma média de 7,50%. Esta percentagem é, aliás, muito maior do que a apresentada por qualquer outra das revistas analisadas. Todavia, este número é inflacionado pela existência de um dossier sobre judaísmo, antissemitismo e política que contribui com um subtotal de seis artigos³⁶. Assim sendo, a revista de ciência política que, não possuindo caderno especial, apresenta mais UP codificadas é a *RECP*. Nela encontramos, entre 2010 e 2015, cinco artigos que representam uma média de 4,46% do total de publicações. Acrescenta-se ainda que cinco revistas – mais de metade da amostra – não apresentam qualquer UP ou não ultrapassaram a barreira dos 2% de média³⁷. Coincidentemente, a revista que mais UP e US codificadas possui é a *ÖZP*, com dez artigos, ou seja, uma percentagem de 8,33. Contudo, se excluirmos o seu número sobre antissemitismo, ela deixa de ser a mais representativa³⁸. No seu lugar surge a *SPR* com um número total de seis publicações codificadas como UP ou US. Tendo em conta o total de trabalhos analisados, elas representam uma taxa média de 6,90%. Apenas duas revistas não apresentaram qualquer UP ou US codificadas ou exibiram uma média inferior a 3%. Estes dados podem ser consultados com mais pormenor na tabela 1.

Tabela 1: Registos de UP e US das revistas de ciência política analisadas

Título	Número	UP e US	UP	% UP e US	% UP
<i>Athenaeum</i>	64	2	1	3,13	1,56
<i>Il Mulino</i>	79	1	1	1,27	1,27
<i>Il Politico</i>	53	3	1	5,66	1,89

³⁶ Este dossier foi publicado no nº 4 de 2010 da *ÖZP*, sobre o mote “Antisemitismus und die Transformation des Nationalen”. Sem os artigos aí publicados, a *ÖZP* apresenta números mais modestos: três UP codificadas que representam apenas 2,50% do total das publicações.

³⁷ Relativamente às *RCSP* e *PJPS* estes dados não surpreendem, por conta do que já foi dito na nota de rodapé 26.

³⁸ Sem o caderno especial, o número de publicações codificadas como UP e US passa para quatro, i.e., uma média de apenas 3,33%. Este número especial da *ÖZP* tem um grande peso nos resultados finais que iremos analisar. A sua elevada relevância parece criar uma artificialidade em algumas das conclusões que avançaremos, nomeadamente se observarmos mais a fundo o conteúdo das demais publicações, como faremos adiante. Por esse motivo, ao longo do trabalho, iremos apresentar dois resultados – um considerando o caderno sobre judaísmo e antissemitismo e outro não o fazendo.

ÖZP	120	10	9	8,33	7,50
PJPS	32	1	0	3,13	0,00
RCSP	19	0	0	0,00	0,00
RECP	112	7	5	6,25	4,46
RPCP	129	4	3	3,10	2,33
SPR	87	6	2	6,90	2,30

Com efeito, por si só, estes dados não parecem muito elucidativos. Todavia, se recordarmos as conclusões de Wald e Wilcox, Philpott e Kettel os dados tornam-se mais informativos. Comparativamente ao estudo dos primeiros autores, os nossos resultados mostram que, nos países selecionados, a disciplina tem publicado a uma média anual de 5,67 artigos com conteúdos religiosos. Ou seja, mais de 1600%³⁹ do que Wald e Wilcox observaram. Com respeito ao seu estudo, Philpott descobriu que apenas 0,38%⁴⁰ dos artigos publicados em revistas de política global abordam a questão religiosa. Ora, à exceção da RCSP, esta percentagem é manifestamente inferior a qualquer uma das revistas por nós analisada e é cerca de 1200% menor do que a média de UP e US codificadas na nossa investigação⁴¹. Por fim, Kettel apresenta percentagens de 1,34 e 2,54, respetivamente, para as UP e US do seu estudo. As nossas descobertas mostram que a ciência política não parece ter sido tão negligente. Com efeito, o nosso estudo revela aumentos de 136% ao nível das UP e de 92% e ao nível das UP e US conjugadas, relativamente aos números apresentados por Kettel⁴².

O recurso à matriz comparativa confere maior solidez às nossas conclusões que, aparentemente, apontam para um crescimento da sensibilidade dos cientistas políticos sobre os assuntos religiosos. Contudo, estas descobertas afiguram-se redutoras quando comparadas apenas com três estudos científicos. Ou seja, os nossos números são altos relativamente ao estado da arte, mas, se mudarmos a lente comparativa, continuarão a parecer altos? Por exemplo, por relação a outros temas de investigação dentro da disciplina, o interesse no *religioso* continuará a parecer relevante?

³⁹ Wald e Wilcox, mesmo considerando artigos em que os assuntos religiosos tinham um papel secundário, concluíram que a APSR publica um artigo sobre religião a cada três anos. Isto resulta em 0,33 publicações ao ano. Tendo como referência o número de publicações anuais do nosso estudo, aplicámos uma regra de três simples que nos permitiu alcançar a percentagem de 1618,18.

⁴⁰ Recordamos que Philpott havia dito que apenas seis em 1.600 artigos tratavam do *religioso*. PHILPOTT, Daniel (2002), op. cit., p. 69.

⁴¹ Tendo como base a nossa média de UP e US (4,89%) e aplicando uma regra de três simples, a percentagem exata é de 1186,84.

⁴² Os valores exatos são de 136,57% e de 92,52%.

Como a nossa última inquietação científica denuncia, uma boa forma de responder a estas questões poderá ser através da comparação entre publicações de ciência política que abordem assuntos religiosos e outros temas de investigação. No entanto, como Kettel alerta, a tentativa de classificar as publicações em termos do seu tema principal “baseia-se num grau de subjetividade e interpretação maior do que um simples esquema de codificação primário/secundário⁴³”. Muitos desafios surgiram ao longo desta nossa etapa de classificação temática, nomeadamente por conta do cruzamento de matérias. Deste modo, para minimizar a subjetividade da análise, optámos por enquadrar cada publicação dentro do objeto de estudo principal de cada autor. Cremos que, não obstante as dificuldades, os resultados oferecem uma taxonomia esclarecedora sobre os principais temas dentro da ciência política. Para ilustrá-lo, escolhemos as três revistas nas quais o *religioso* surge mais representado, de modo a melhor entender qual a sua representatividade mesmo em *condições favoráveis*.

A primeira delas foi a ÖZP, a mais cotada ao nível de UP e US codificadas. Nesta revista, as publicações sobre *assuntos religiosos* encontram-se em terceiro lugar, com dez publicações (8,33%). O tema geral que surge mais frequentemente é *democracia e processos deliberativos* com 16 publicações (13,33%) e o segundo tema com maior incidência é *debates sobre a academia e/ou metodologias científicas* com 14 (11,67%). Completando os cinco primeiros lugares, encontramos os trabalhos sobre *migrações e deportações* e sobre *eleições e o sistema eleitoral* com 8 artigos cada (6,67%). Todavia, se não contarmos com o supracitado dossier sobre antissemitismo, só existem quatro artigos sobre o *religioso* (3,33%) e no top cinco da revista surgiriam, então, temas como *liderança política* e *filosofia política*, cada um com sete artigos (5,83%).

Na segunda revista com maior proporção de UP e US codificadas, as publicações sobre o *religioso* encontram-se numa posição mais baixa, comparativamente à ÖZP. Com efeito, na SPR o tema *partidos e movimentos políticos* tem a maior incidência, com 12 publicações (13,80%). Depois, encontramos *eleições e sistema eleitoral* e *desenvolvimento e economia* com nove (10,35%), respetivamente; questões sobre *identidade* com oito (9,20%); e no quinto lugar, *ex aequo*, os *assuntos religiosos* e a *filosofia política* com seis trabalhos cada um (6,90%).

A RECP é a terceira revista com maior proporção de UP e US codificadas, mas, nem por isso, os assuntos religiosos surgem pior classificados. Destacadamente, no topo, encontramos o tema *eleições e sistema eleitoral* com 21 publicações (18,75%). A seguir, *democracia e processos*

⁴³ KETTEL, Steven (2012), op. cit., p. 9.

deliberativos com 11 (9,82%); *partidos e movimentos políticos* com oito (7,14%); no quarto lugar, *ex aequo*, os *assuntos religiosos e terrorismo, conflito e paz*, cada uma, com menos uma publicação (6,25%); fechando os cinco primeiros lugares, achámos os temas *filosofia política e género e políticas de género* com seis (5,36%), respetivamente.

A análise apenas das revistas nas quais o *religioso* tem maior representatividade permitiu-nos concluir que numa delas (a ÖZP) os assuntos religiosos surgem nos três primeiros lugares classificativos; mas também que o tema aparece, em todas sem exceção, nas cinco primeiras posições. No entanto, se mudarmos mais uma vez a nossa lente analítica, esta aparente maior atenção da ciência política ao fenómeno religioso parecerá relativa.

Como vimos, o critério usado para definir as nossas UP ou US foi, grosso modo, o facto de as publicações terem o *religioso* como um dos seus objetos de estudo direto ou indireto, respetivamente. Porém, mesmo no caso das UP codificadas, isto não significa dizer que a religião seja o principal tema da publicação. Ou seja, quando examinadas mais finamente, notamos que algumas das nossas UP ou US codificadas dificilmente seriam colocadas no tema geral *assuntos religiosos* antes de qualquer outro. Por exemplo, na ÖZP pelo menos dois artigos *religiosos* dever-se-iam enquadrar no tema do *antipluralismo*; na SPR quatro publicações *religiosas* seriam recolocadas nos temas: *liberalismo; identidade e integração social e política*; por fim, na RECP isto também sucederia com dois trabalhos que passariam para as categorias *democracia e processos deliberativos e integração social e política*. Este conjunto de fatores influenciaria negativa e fortemente a representatividade da religião nos estudos da disciplina. A título exemplificativo, na ÖZP corresponderia a uma diminuição de quase 20%; na SPR o decréscimo seria exatamente de 200%, incluindo um tombo da quinta para a oitava posição na classificação geral de temas; enfim, na RECP esta descida seria de aproximadamente 30%, acrescentando a queda da quarta para a sexta posição na tabela⁴⁴. Todavia, para efeitos de coerência e operacionalidade do nosso estudo, devemos seguir o modelo de UP e US.

Para entendermos melhor este último ponto e assegurarmos o máximo rigor epistemológico, todas as UP e US codificadas foram organizadas de acordo com o seu principal tópico religioso e com as suas subáreas disciplinares.

⁴⁴ Tendo como base a média de UP e US (8,33%) da ÖZP e considerando a nova média provocada pela perda dos dois artigos (6,67%), aplicámos uma regra de três simples que deu a percentagem exata de 19,93. Fizemos o mesmo com as publicações da SPR (de 6,90% para 2,30%) e da RECP (de 6,25% para 4,46%) e alcançámos os valores finais de 200% e 28,64%, relativos a cada uma.

Por um lado, descobrimos um elevado nível de concentração temática. Se analisarmos apenas as UP, reparamos que só existem, praticamente, quatro temas gerais a ser abordados: *islão, conflito e terrorismo*⁴⁵ com oito publicações (36,36%); *judaísmo e antissemitismo* com sete (31,82%); *(pós)secularização*⁴⁶ com quatro (18,18%) e *cristianismo* com dois (9,10%). Se juntarmos às UP as US codificadas vemos, principalmente, um acentuar da diferença entre o *tema islão, conflito e terrorismo* e os demais. Este tópico passa a deter 14,5⁴⁷ publicações que representam mais de 42% da amostra. Se não considerarmos o caderno especial da ÖZP, o número de tópicos de estudo é ainda mais exclusivo e as suas diferenças percentuais maiores. Por exemplo, considerando apenas as UP codificadas o tema *islão, conflito e terrorismo* passaria a representar exatamente metade das publicações e os assuntos sobre *(pós)secularização* e *cristianismo* 25% e 12,5% do total, respetivamente⁴⁸.

Concomitantemente, o processo de classificação das publicações de acordo com a sua subárea científica exhibe uma tendência para a elevada concentração. Seguindo o modelo de Kettel⁴⁹, estabelecemos oito subáreas da ciência política⁵⁰ que, apesar de não serem incontestáveis – visto que a subcategorização não impede certos trabalhos de entrarem em mais do que uma categoria –, nos oferecem as condições suficientes para a análise deste fenómeno de convergência. Com efeito, considerando tanto UP como US codificadas, o campo da teoria política (uma subárea ampla, incluindo, essencialmente, as dimensões conceptual e analítica da ciência política) surge destacadamente dos demais, com 18 publicações. Ou seja, mais de metade do total dos trabalhos examinados. Em seguida, pese embora muito atrás da primeira, encontramos as relações internacionais com seis (17,65%), o comportamento político (categoria que inclui, entre outros, os comportamentos eleitorais, as questões de identidade e a opinião pública) com cinco (14,71%) e, já distante, a política comparada com dois (5,88%). As restantes quatro subáreas apresentam valores muito residuais (abaixo dos 3%) ou não apresentam qualquer ocorrência. Os detalhes destas análises podem ser consultados nas tabelas 2 e 3.

⁴⁵ Não temos qualquer intenção de associar islão e conflito ou terrorismo. Apenas colocámos estes subtemas juntos, porque, de todas as publicações analisadas que falam de terrorismo, violência ou conflito (subtotal de sete), somente um trabalho não coloca o islão num lugar de destaque.

⁴⁶ Destes quatro artigos sobre (pós)secularização, metade foi redigida pelo autor deste trabalho.

⁴⁷ Os valores de 0,5 surgem, porque, por vezes, na mesma publicação, os autores trabalham com dois dos nossos tópicos *religiosos* de análise.

⁴⁸ Se contássemos com UP e US codificadas, os resultados finais seriam: *islão, conflito e terrorismo*, 14,5 publicações (51,79%) e *(pós)secularização, cristianismo e outros temas*, cada um com quatro trabalhos (14,29%). O tema do judaísmo e antissemitismo surgiria apenas com 1,5 publicações, correspondentes a 5,36%.

⁴⁹ KETTEL, Steven (2012), op. cit., p. 11.

⁵⁰ Ver tabela 3.

Tabela 2: Tópicos das UP e US das revistas de ciência política analisadas

Tema	UP e US	UP	% UP e US	% UP
Cristianismo	4	2	11,77	9,10
Islão, conflito e terrorismo	14,5	8	42,65	36,36
Judaísmo e antissemitismo	7,5	7	22,06	31,82
Outros	4	1	11,77	4,55
(Pós)Secularização	4	4	11,77	18,18

Tabela 3: Subáreas das UP e US das revistas de ciência política analisadas

Tema	UP e US	UP	% UP e US	% UP
Comportamento político	5	3	14,71	13,64
Economia política	0	0	0,00	0,00
Instituições políticas	1	1	2,94	4,55
Metodologia política	1	1	2,94	4,55
Política comparada	2	2	5,88	9,1
Política pública	1	1	2,94	4,55
Relações internacionais	6	2	17,65	9,1
Teoria política	18	12	52,94	54,55

Conclusão

Referindo-se à teoria da secularização, Smith recorda que a história é escrita pelos vencedores⁵¹. A *revolução secular* provocada nessa crônica dos acontecimentos provocou, segundo o autor, uma profunda revolução cultural que transformou os códigos e as estruturas de pensamento e, conseqüentemente, as expectativas e ações dos indivíduos. Ou seja, isso teria ensinado as nossas sociedades a pensar a irrelevância do *religioso* como um produto natural e inevitável da história.

⁵¹ SMITH, Christian (2003), op. cit., p. 1.

Esta ideia parece refletir algumas das leituras que fizemos acerca da socialização dos cientistas políticos e sobre a atitude e agenda seculares que levaram a disciplina a apartar-se do estudo dos assuntos religiosos. O ignorar da religião pela ciência política ficou bem vincado ao longo do texto, quando analisámos os argumentos do estado da arte. Wald e Wilcox garantem que a ciência política foi uma das ciências sociais que mais ignorou a religião⁵²; Kettel afirma que esta negligência foi um bloqueio comum dos académicos envolvidos com a disciplina⁵³; Bellin disse que a maioria dos cientistas políticos vê a religião como um tema periférico⁵⁴; Jevtic declara que só muito recentemente emergiu uma intersecção entre religião e política na academia⁵⁵; enquanto Phipott (2009, p. 184) contrapõe que, mesmo atualmente, a ciência política ainda não encontrou o seu rumo investigacional⁵⁶.

As descobertas feitas por nós, ao longo deste trabalho, corroboram algumas das suas principais teses, mas também trazem outros tantos novos elementos. Sistematizemos as conclusões à luz do que foi confirmado e do que foi refutado relativamente ao estado da arte.

- O estado da arte defende que a Europa, sobretudo a Ocidental, é o coração da secularização e que, como tal, o fenómeno religioso tem menos espaço aí do que em qualquer outra parte do mundo. Todavia, contrariamente às conclusões de Kettel, Philpott e Wald e Wilcox, baseadas exclusiva ou maioritariamente em revistas norte-americanas, os periódicos europeus examinados oferecem mais espaço ao fenómeno religioso. Além disso, das revista analisadas, aquelas que possuem mais UP codificadas são da Europa Ocidental – a ÖZP, a RECP e a RPCP – e não da Europa Oriental, como podia ser o caso das SPR ou *Athenaeum*.
- O estado da arte situa a negligência da ciência política face ao estudo da religião entre os 97,46% e os 99,62%. As nossas previsões não são tão negativas. Observámos que esta incúria se situa apenas entre os 95,11% e os 96,83%. A diferença pode não parecer muito significativa, mas é. Ela mostra que a disciplina tem publicado, no total, quase mais de 1200% do que Philpott havia descoberto, apresentando uma média de 5,67 trabalhos com conteúdos religiosos ao ano, i.e., um aumento 1850% face aos

⁵² WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde (2006), op. cit., p. 523.

⁵³ KETTEL, Steven (2012), op. cit., pp. 2-3.

⁵⁴ BELLIN, Eva (2008), op. cit., p. 315.

⁵⁵ JEVTIC, Mirosljub (2007), op. cit., p. 62.

⁵⁶ PHILPOTT, Daniel (2009), op. cit., p. 184.

números de Wald e Wilcox. Além disso, relativamente ao trabalho de Kettel e às UP e US codificadas, as nossas descobertas apontam para aumentos na casa dos 92% e dos 136%.

- O estado da arte declara que, dentro da ciência política, os assuntos religiosos são um tema de pouco interesse, perdendo, sistematicamente para outros como democracia, eleições, partidos políticos ou guerra, conflito e terrorismo. A nossa leitura das revistas com mais publicações sobre o *religioso* aponta no mesmo sentido. Todavia, estas conclusões mostram que, em todas as revistas, os assuntos religiosos têm espaço nos cinco primeiros lugares da classificação temática. Por vezes, à frente de temas como sistemas políticos, políticas públicas, migrações ou ambiente e desenvolvimento sustentável.
- O estado da arte aponta para uma concentração temática e disciplinar da ciência política. O nosso estudo comprovou-o, nomeadamente em torno das questões sobre islão, conflito e terrorismo. Esta convergência é ainda maior em termos de subárea científica. Concluimos que mais de metade dos trabalhos sobre o *religioso* se aglomera na subárea da teoria política.

As principais conclusões da nossa pesquisa, quer estejam mais ou menos de acordo com o que o estado da arte havia estabelecido, devem ser entendidas, acima de tudo, como uma contribuição epistemológica e metodológica. Consideramos que a nossa proposta de investigação e as suas descobertas, aliadas à escassez de trabalhos na área e à falta de inovação nas metodologias aplicadas – abrem novas possibilidades de investigação na ciência política. Falamos, por exemplo, de novos modelos comparativos (entre países cristãos, hindus ou muçulmanos), metodológicos (usar estratégias de análise mais eficientes como o desenho de investigação dos sistemas mais similares); ou da introdução de novas variáveis de análise (além da questão da religiosidade que nos parece incontornável, entender que outros fatores podem ter interferência na variação de publicações sobre assuntos religiosos).

Acima de tudo, entendemos que este exercício de autorreflexão disciplinar é valioso no nosso estudo, como no de qualquer outra disciplina. A sua natureza ativa, persistente e cuidadosa e o seu espírito crítico oferecem-nos uma lente de observação científica que amplifica o significado da ciência política e aperfeiçoa a compreensão dos fenómenos que a envolvem.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

MONIZ, Jorge Botelho. «O Estudo dos Assuntos Religiosos pela Ciência Política: Análise dos Conteúdos das Revistas De Ciência Política Europeias entre 2010-2015», *Working Paper #68*, Observatório Político, publicado em 01/02/2017, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.